

PERFORM-ATIVIDADE(S) NO TRABALHO EM SAÚDE: PROBLEMATIZAÇÕES DE GÊNERO¹

Renata Borstmann^{2 3}, Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9669-3742>

Fernanda Amador^{1 4}, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7385-8900>

Paula Sandrine^{1 5}, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4106-8138>

RESUMO. Abordam-se aspectos de pesquisa realizada com técnicos e técnicas de enfermagem do bloco cirúrgico de um hospital, analisando-se a experiência normativa que caracteriza o exercício do trabalho como atividade e explorando zonas de problematização quanto ao agir no e pelo trabalho que podem desestabilizar as expressões de gênero. A metodologia da pesquisa se constituiu por observações nos locais de trabalho e em situações de análise coletiva de processos de trabalho, as quais indicam que, apesar das fortes prescrições que compõem o trabalho no bloco cirúrgico, os trabalhadores e trabalhadoras ao problematizar as normas de trabalho, problematizam também, as normativas de gênero. Operando com referenciais do campo clínico do trabalho como atividade, afirma-se que é na atividade que as normas de trabalho, e também de gênero, são colocadas em questão, produzindo estilizações que podem se tornar recursos para os próprios trabalhadores e trabalhadoras ultrapassarem reiterações performativas de gênero. Analisam-se articulações do pensamento de Judith Butler referente à performatividade de gênero para as análises relativas à experiência do trabalho como atividade, notadamente pelas abordagens clínicas do trabalho que tomam o trabalho como atividade.

Palavras-chave: Clínicas do trabalho; atividade; performatividade de gênero.

PERFORM- ACTIVITIE(S) IN HEALTH WORK: GENDER PROBLEMATIZATIONS

ABSTRACT. In this study, aspects of research carried out with nursing technicians and techniques in the Surgical Block of a Hospital are approached, analyzing the normative experience that characterizes the exercise of work as an activity and exploring areas of problematization regarding acting in and through work that can destabilize the gender expressions. The research methodology was constituted by observations in the workplace and in situations of collective analysis of work processes, which indicate that, despite the strong prescriptions that make up the work in the surgical block, the workers also problematize gender norms. Operating with references from the Clinical field of Work as an Activity, it is stated that it is in the activity that work norms, and also gender, are questioned, producing stylizations that can become resources for the workers themselves to overcome performative reiterations of gender. Articulations of Judith Butler's thought regarding gender

¹ Editor de seção: Fabíola Batista Gomes Firbida

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, Brazil.

³ E-mail: renatasborstmann@gmail.com

⁴ E-mail: feamador@uol.com.br

⁵ E-mail: machadops@gmail.com



performativity are analyzed for analyzes related to the experience of work as an activity, notably through the Clinical Work approaches that take work as an Activity.

Keywords: Clinical work; activity; gender performativity.

PERFORM-ACTIVIDAD(S) EN EL TRABAJO DE SALUD: CUESTIONES DE GÉNERO

RESUMEN. Se discuten aspectos de investigaciones realizadas con técnicos y técnicas de enfermería en el Bloque Quirúrgico de un Hospital, analizando la experiencia normativa que caracteriza el ejercicio del trabajo como actividad y explorando áreas de problematización respecto al actuar en y por el trabajo que pueden desestabilizar las expresiones de género. La metodología de investigación involucró observaciones en el lugar de trabajo y en situaciones de análisis colectivo de los procesos de trabajo, lo que indica que, a pesar de las fuertes prescripciones que componen el trabajo en el bloque quirúrgico, los trabajadores y trabajadoras, al problematizar las normas de trabajo, problematizan así como las normas de género. Operando con referentes del campo Clínico del Trabajo como Actividad, se afirma que es en la actividad donde se cuestionan las normas de trabajo, y también de género, produciéndose estilizaciones que pueden convertirse en recursos de superación de los propios trabajadores, reiterando la performatividad de género. Se analizan las articulaciones del pensamiento de Judith Butler en torno a la performatividad de género para análisis relacionados con la experiencia del trabajo como actividad, en particular a través de los enfoques del trabajo clínico que toman el trabajo como actividad.

Palabras clave: Clínicas del trabajo; actividad; performatividad de género.

Introdução

Os estudos de gênero, sob a perspectiva das análises da experiência do trabalho como atividade, são o mote teórico deste artigo. Interessa-nos analisar como ocorre a produção do gênero o qual consideramos para além dos binarismos masculino e feminino, conforme a perspectiva adotada por Judith Butler (2015). Caminhamos com a autora, assim, na direção da desnaturalização da linearidade entre sexo, gênero e desejo ressaltando o caráter performativo do corpo sexuado, do gênero e da sexualidade operado por entre o exercício do trabalho como atividade, isto é, por entre a gestão da distância entre o trabalho prescrito e o trabalho real que os trabalhadores e trabalhadoras experimentam pelo trabalho em situação.

A perspectiva do trabalho como atividade envolve uma dimensão performativa em seu curso. Pressupõe processos ergológicos, tal como os entende Schwartz e Durrive (2021), para quem a atividade sempre implica um fazer de outra forma, um trabalhar de outra forma, consiste em uma espécie de obrigação mesma de qualquer situação de atividade de trabalho humano já incluir uma dimensão de transformação. Tal perspectiva sustenta-se no pensamento de Canguilhem (2001) para quem a vida é sempre atividade de oposição à inércia e à indiferença: o que remete à normatividade. Isto é, em criação de normas-meio para se viver. Já para Yves Clot (2010), a atividade é na realização efetiva da tarefa, por ela, mas, por vezes, contra ela, produção de um meio de objetos materiais, simbólicos e de relações humanas ou mais exatamente, recriação de um meio de vida. A atividade está, então, a favor da vida 'no' e 'pelo' trabalho, implicando a possibilidade de desenvolvê-lo, por seus objetos, por seus instrumentos, por seus destinatários e afetando a organização do trabalho. Investindo o conceito de atividade com a ideia de *conatus* em

Spinoza, o autor liga o conceito de atividade ao esforço de preservação no ser que vincula o dinamismo da vida à inteligência, a produtividade do ato à realização de si. O poder de agir está, assim, conectado ao poder de existir, estando o *conatus* ligado a um esforço de preservação no próprio ser. Trata-se de um esforço ou tendência para afirmação da existência, cumprindo os afetos, uma função de aumentar ou diminuir a capacidade de agir do próprio corpo.

A dimensão de transitividade implicada na definição de atividade para ambos os autores do campo clínico do trabalho⁶ acima citados, Schwartz e Clot, nos interessa tendo em vista que tal perspectiva nos possibilita analisar e posicionar a perspectiva analítica por onde interessa-nos tematizar a dimensão performativa de gênero. Interrogamo-nos⁷ sobre o modo como o campo das clínicas do trabalho tem se debruçado sobre a temática ‘trabalho e gênero’, uma vez que constatamos poucas produções que abordam a temática ‘trabalho e gênero’ pela perspectiva da atividade. Nos estudos brasileiros, destacamos dois artigos que exploram o trabalho enquanto atividade articulado com as questões de gênero, quais sejam: ‘Trabalho e Saúde Coletiva: o ponto de vista da atividade e das relações de gênero’ (Brito, 2005) e ‘Saúde, subjetividade e trabalho: o enfoque clínico e de gênero’ (Brito et al., 2012)⁸. Tais pesquisadoras discutem a importância de dar visibilidade às diferentes dimensões do trabalho e da produção de saúde nesse contexto. Consideram que as relações entre homens e mulheres estão no centro dos conflitos humanos e discutem o quanto a experiência do trabalho pode ser paradoxal, pois, do mesmo modo que nela se produz dominação dos homens sobre as mulheres, pode, também, produzir (re)apropriação da atividade pelas mulheres, na construção de novas normas de vida e trabalho.

As pistas apresentadas nos estudos desse grupo de pesquisadoras nos convocam a pensar a respeito do modo como ocorre o trabalho concreto de homens e mulheres em situação, analisando os imbricamentos entre as normativas de gênero e de trabalho sob o ponto de vista da atividade, uma vez que os estudos acima mencionados não chegam a desenvolver, analiticamente, a produção do gênero na gestão do trabalho como atividade, isto é, quando são arbitradas as decisões relativas aos modos operatórios do trabalho.

Diante desse cenário, fomos provocadas a pensar o processo normativo de gênero em seu enlace com o processo normativo do trabalho enquanto atividade. Para tanto, valemo-nos da perspectiva teórica da filósofa Judith Butler, a qual propõe pensar o gênero a partir da noção de performatividade. Tal perspectiva compreende que a produção de sujeitos sexuados ocorre por entre regimes de normas sociais e possibilidades de agenciamentos. Nesse sentido, a materialidade dos corpos é constituída através de atos performativos e práticas reiterativas e citacionais, nos quais o sujeito é efeito de verdades de tramas de saber, poder e discurso, que são produzidos de maneira histórica e cultural.

A perspectiva da performatividade de gênero nos permite olhar para a dimensão corporal dos trabalhadores e trabalhadoras, no sentido de pensar nos modos como se

⁶ O campo das clínicas do trabalho é composto por distintas abordagens que se ocupam de tematizar as articulações trabalho, subjetividade e saúde (Lhuillier, 2006) e dentre elas ergologia e clínica da atividade podem ser mencionadas. Tanto uma como outra, em que pese suas diferenças conceituais e metodológicas, nos são profícuas para as análises que realizamos na pesquisa da qual extraímos elementos para este artigo de maneira que a eles recorremos para sustentar momentos precisos de nossas considerações.

⁷ Esta pesquisa foi desenvolvida junto ao Núcleo de Pesquisas Instituições, Subjetivação e Trabalho em Análise(s) – (N-PISTAS) do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), estando vinculada ao projeto de pesquisa Trabalho, Subjetivação e Clínica: Educação e Saúde em análise. A pesquisa foi financiada com recursos CAPES e CNPq.

⁸ Nesses estudos, as autoras se ocupam do conceito de trabalho como atividade desenvolvido pelos autores Clot (2010) e Schwartz (2016) realizando discussões com a autora Helena Hirata (2018) as quais discutem as questões de gênero pelos estudos das relações sociais do sexo.

constituem na atividade, bem como no modo como sua inserção, seus atos, suas práticas, suas falas, os produzem enquanto sujeitos por entre as microgestões do trabalho e o plano de relações de poder aí presente. Além disso, a ideia de performatividade ajuda-nos a pensar que o sujeito nunca é constituído totalmente, uma vez que ele não é anterior a um fazer, pois se constitui a partir da ação. Deste modo, chegamos ao seguinte questionamento: como na experiência do trabalho como atividade se performa o gênero?

Neste artigo, dedicamo-nos a pensar na experiência do trabalho como atividade e na performatividade de gênero aí implicada colocando em análise elementos de pesquisa realizada com técnicos e técnicas de enfermagem de um bloco cirúrgico de um hospital localizado no sul do Brasil.

Trabalhar é transbordar a atividade realizada: o que diz a Clínica da Atividade

Yves Clot (2010), assim como Schwartz (2016), desenvolveu pesquisas analisando a distância, sempre existente, entre a atividade prescrita e a atividade realizada e, para isso, ambos partem do conceito de atividade situada, ou seja, aquela que efetivamente ocorre no cotidiano de trabalho. Dessa forma, para os autores, o trabalho vivo em ato é o objeto principal e, mais especificamente, a atividade: ambas as dimensões desenvolvidas de modo singularizado em suas pesquisas.

Para Clot (2010) e os pesquisadores e pesquisadoras da Clínica da Atividade, seguindo a tradição francesa de análise do trabalho, a atividade, como sempre, mais do que a atividade realizada, é passível de descrição para fins de análise, pois abarca conflitos oriundos do processo. A atividade exige a mobilização física e psíquica do trabalhador e trabalhadora, frente a um meio em constante variação, indo para além apenas do gesto realizado, passível de observação direta e mensurável, definindo-se, portanto, pelas operações manuais e intelectuais postas em prática a cada momento pelo trabalhador e pela trabalhadora, a fim de atender seus objetivos, que extrapolam aqueles prescritos pela organização do trabalho em vista de um meio que se modifica constantemente.

A atividade não é somente aquilo que se faz. O real da atividade é também o que não se faz, aquilo que não se pode fazer, o que se tenta fazer sem conseguir – os fracassos – aquilo que se desejaria ou poderia fazer, aquilo que não se faz mais, aquilo que se pensa ou sonha poder fazer em outro momento. Em matéria de atividade, o realizado não possui o monopólio do real. A fadiga, o desgaste violento, o estresse se compreendem tanto por aquilo que os trabalhadores não podem fazer, quanto por aquilo que eles fazem (Clot, 2001).

Considerar o trabalho como atividade implica considerar não somente o posto de trabalho e suas tarefas, mas também, e sobretudo, o fato de que a atividade tem uma história em desenvolvimento. Ela é um processo sempre inconcluso, inesperado, variável, tendo como unidade de ação o tripé ‘si mesmo, objeto de trabalho e os outros’. A atividade é sempre dirigida. Ela se dirige a um destinatário, a alguém, ainda que se trabalhe sozinho ou sozinha. É preocupando-se consigo mesmo, com o objeto de trabalho e com os outros que os trabalhadores e trabalhadoras se inserem em uma atividade laboral (Clot, 2010).

Para Clot (2006), o trabalho cumpre uma função psicológica que remete o trabalhador e a trabalhadora a uma atividade necessariamente voltada para os outros e outras. Nesse sentido, age-se para produzir algo que não necessariamente se volta para uma produção pessoal, mas como uma saída de si, sendo uma importante função de construção de colaboração humana. Diante disso, o objeto de pesquisa na Clínica da Atividade localiza-se, sobretudo, no desenvolvimento e nos impedimentos da atividade,

mais diretamente na dinâmica do aumento ou da diminuição do poder de agir dos trabalhadores e trabalhadoras.

O conceito de poder de agir é inspirado, para Clot, na noção de *conatus*, que, de acordo com a filosofia de Spinoza, está atrelado à questão dos afetos. Esse entendimento de *conatus* está intimamente ligado à tendência de esforço da preservação no próprio ser, em que a função dos afetos é expandir ou diminuir a capacidade de agir (Amador & Fonseca, 2014). Sendo assim, o poder de agir corresponde à potência de afetar e ser afetado, expandindo assim as possibilidades de transformação de si e do mundo.

De acordo com Clot (2010), o poder de agir, na Clínica da Atividade, diz respeito à capacidade de o sujeito expandir a amplitude de sua ação no trabalho, colocando em sua atividade elementos de sua própria subjetividade, na tentativa de responder à atividade do outro para conseguir realizar sua própria. Desse modo, a subjetividade não se apresenta como sendo algo da ordem de uma interioridade privativa, refere-se ao poder de ser afetado, não estando o poder de agir separado desse poder de afetação. Contudo, é importante salientar que este poder corresponde, além da execução de tarefas, também ao poder de criar possibilidades ativando meios para viver, para fazer e tornar-se outra coisa. Essas possibilidades de criação dizem respeito tanto ao agir no mundo exterior quanto à capacidade de ser sujeito das próprias normas, estando, assim, o poder de agir diretamente relacionado à produção de saúde.

O lugar do coletivo na Clínica da Atividade se expressa no conceito de gênero profissional – um referencial social para cada trabalhador e trabalhadora, ao mesmo tempo que figura como um suporte indispensável de troca e lugar de expressão⁹.

Se, por um lado, o gênero profissional é um potente recurso para a atividade e suporte do desenvolvimento do poder de agir, por outro é na própria atividade que cada trabalhador e trabalhadora garante a contínua vitalização do gênero, indicando sua estabilidade sempre provisória. Nesse direcionamento, Clot (2010) constrói o conceito de estilo como um instrumento que se expressa em estilo pessoal, mas se produz em uma zona coletiva, de forças, de passagem, ou que emerge do coletivo. É relativo ao gênero profissional, daquilo que já se fez e assumiu como modo de trabalhar, mas também de virtualidades enquanto forças em curso de atualização que possibilitam outros modos de trabalhar, possibilitando, assim, a permanente potência de transformação do ofício. São as recriações estilísticas que mantêm o gênero profissional vivo e, ao mesmo tempo, o domínio do gênero profissional e suas variabilidades que possibilitam a estilização pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras. O gênero da atividade é produzido pela repetição de estilos profissionais compartilhados e, sendo assim, é continuamente alterado por eles. Envolve, portanto, trabalho vivo em ato, com os trabalhadores e trabalhadoras dando vida ao gênero profissional e um sentido a sua ação, contribuindo com uma estilização própria.

Gênero profissional e estilo possibilitam a atividade laboral. O trabalho se processa nos interstícios do patrimônio histórico, do patrimônio local, do patrimônio singular, na interface da colaboração social e da colaboração singular de cada trabalhador e trabalhadora, que ativa o gênero e deixa nela sua marca, seu estilo. É por meio do estilo, competência do vivo, que o patrimônio ganha vida e vive em constante mutação. É por meio do gênero que o vivo se orienta e conduz, guiado pela colaboração social que não o deixa

⁹ Cabe destacar que gênero para Butler (2015) e para Clot (2010) se referem a elementos distintos. Para a autora, trata-se de dimensão relativa aos estudos de gênero e sexualidade enquanto para Clot trata-se de dimensão relativa ao patrimônio de modos de trabalhar gerados na experiência do trabalho como atividade. Ambos os termos são considerados em nossas análises tendo em vista a transversalidade de suas operações.

estar continuamente sem orientação, mas entre erros e acertos. Nessa direção, o prescrito e sua superação movem a produção viva, de trabalho vivo em ato, em constante criação.

O prescrito corresponde ao que a pessoa já encontra como dado e que, mesmo que possa modificar algumas vezes, parece-lhe como uma marca impessoal, do dever fazer. Impessoal, de acordo com Clot (2010), é aquilo que foi estruturado previamente e que os trabalhadores e trabalhadoras encontram como uma norma já estabelecida por outros e outras. Já o gênero profissional, mesmo considerando essa dimensão impessoal própria da tarefa, é uma espécie de memória social da atividade, um meio de ação, construído nas relações entre as pessoas trabalhadoras sendo composto, também, de elementos gerados na ação. Tem caráter cultural, como também um meio simbólico, que possibilita antecipar, organizar, rearranjar, enfim, orientar o trabalho através de um referencial comum, transpessoal, construído por aqueles que vieram antes e reconstruído constantemente por aqueles e aquelas que estão em atividade.

Clot (2010), nesse sentido, considera o gênero profissional como transpessoal, tendo em vista que ultrapassa cada indivíduo, constituindo-se num construto que está para além das relações profissionais imediatas. Entretanto, é também um rearranjo da dimensão pessoal, necessário, já cada trabalhador e trabalhadora estiliza, trazendo-o para si e reorientando-o, buscando um novo sentido para ação, o que, conseqüentemente, rearranja o gênero profissional.

Perform-atividade(s) de gênero: incursões pelo pensamento de Judith Butler para colocar questões do ponto de vista da atividade de trabalho

Para Butler (2015), o gênero se refere a uma produção no âmbito de discursos culturais e subculturais, que são responsáveis pela criação do nosso sexo, nossa sexualidade, nosso gênero. A filósofa utiliza, então, o conceito de performatividade, que remete a um ato sem ator, contestando a noção de um sujeito anterior à ação. Nesse sentido, o gênero é performativo, pois é através da reiteração e repetição de atos que se consolida o sujeito, e se constitui o gênero, como se fosse algo natural, ou seja, um efeito de atos repetidos que se reatualizam através dos discursos históricos e culturais (Butler, 2015).

A estabilidade da estrutura binária do gênero é problematizada por Butler (2015), quando argumenta que tal estrutura, concebida como exclusiva, é, na verdade, imposta pelo que denomina de 'matriz de inteligibilidade do gênero'. Tal matriz constitui uma gramática prescritiva que institui como natural, normal e inquestionável a ligação linear e essencial entre o sexo biológico, gênero, desejo sexual e identidade. Na lógica dessa gramática, os gêneros inteligíveis são aqueles que, de alguma maneira, instituem-se e mantêm relações de coerência entre sexo, gênero, prática sexual e desejo conformando o corpo-sexuado de acordo com a heterossexualidade compulsória, tomada como princípio regulatório (Butler, 2015).

Os discursos conformam, portanto, o corpo e produzem certa relação entre os corpos para Butler (2015). Ao mesmo tempo, entre as normas que incidem sobre os corpos e aquelas produzidas ou reiteradas pelos corpos é possível constantemente 'desfazer' o gênero, conforme também nos remetem às análises de Butler. A autora afirma que, se a materialização dos corpos é feita por meio de normas regulatórias de gênero que necessitam ser repetidas, citadas e reiteradas constantemente, há, contudo, torções e lapsos no processo. Sendo assim, os corpos não se conformam diretamente às regras que os regulam, nunca aderindo completamente às normas que impõem as suas materializações (Butler, 2015). Nesse sentido, os corpos são entendidos como "[...] espaços

de luta e de experimentação [...] como espaços conflitivos de submissão e de subversão” (Paraíso, 2011, p. 149).

Butler (2015) associa a performatividade do discurso à citacionalidade dos enunciados, afirmando que, para um enunciado performativo ser bem-sucedido, faz-se necessário que a formulação seja a repetição de um enunciado ‘codificado’ ou reiterável, ou seja, que funcione como uma citação reconhecida. Entretanto, a filósofa entende a performatividade também como ‘desconstitutiva’ do próprio processo de repetição, tendo em vista que possibilita colocar a ação do poder para desfazer os próprios efeitos pelos quais a identidade é estabilizada.

Nesse sentido, Butler (2015) compreende por agência a possibilidade de atuar performativamente fraturas na relação com a norma. Para a filósofa, a possibilidade de agência é compreendida, assim, como a capacidade de ação, que se encontra na sujeição e na subordinação, ou seja, para ela, a mudança acontece dentro da própria dinâmica do poder, que pode reiterar formas de resignificação, produzindo novos efeitos. Para Judith Butler, o grande motor da agência é o desejo, sendo ele a força inovadora e impulsora da mudança e, portanto, desestabilizadora também, já que não existe nenhum desejo que permaneça do mesmo modo.

Os elementos trazidos até aqui a partir do pensamento de Butler a respeito do gênero, bem como a respeito do trabalho como atividade a partir de Schwartz e de Clot, permitem-nos posicionar alguns elementos que servem às nossas análises no campo de estudos sobre trabalho e gênero. A partir da concepção do trabalho como atividade, questionamo-nos acerca do quanto as performatividades de gênero podem ser deslocadas diante das infidelidades do meio evidenciando um dinâmico processo que merece análise.

Percurso metodológico: o acesso à performatividade de gênero pela atividade

A questão problemática de nossa pesquisa desenha-se pelo interesse em acessar a análise da experiência do trabalho enquanto atividade com trabalhadores e trabalhadoras da saúde de um hospital com atuação em um bloco cirúrgico, com atenção especial para a performatividade de gênero implicada nesse processo. Para tanto, utilizamos aspectos metodológicos na Clínica da Atividade para o acesso da análise do trabalho como atividade de trabalhadores e trabalhadoras da saúde, colocando em questão a performatividade de gênero implicada no e pelo exercício do trabalho como atividade.

De acordo com os investimentos do método utilizados na Clínica da Atividade, torna-se fundamental o acompanhamento dos processos de trabalho, no modo como, no ato o trabalho, as ações são realizadas. Em *A função psicológica do trabalho* (2006) e *Trabalho e o poder de agir* (2010), Clot apresenta que a proposta metodológica da Clínica da Atividade consiste em uma coanálise do trabalho, praticada no ambiente habitual, considerando que o analista do trabalho é precedido neste ambiente por aqueles e aquelas que ali exercem seu ofício. Sendo assim, a análise do trabalho deve considerar a experiência dos trabalhadores e trabalhadoras, tomando como ponto de partida a experiência concreta do trabalho. Desse modo, busca intervir no sentido de provocar os trabalhadores e trabalhadoras a acessarem uma experiência já vivida, enquanto trabalho realizado e, a partir dela, ter meio de viver outras experiências (Clot, 2006).

Os movimentos que foram empreendidos para acionar o processo de coanálise ocorreram através de visitas, reuniões, acompanhamento de procedimentos cirúrgicos, conversas informais e encontros para análise coletiva do trabalho. O ‘primeiro movimento’ foi a composição do problema clínico do trabalho junto com os trabalhadores e

trabalhadoras. E o ‘segundo movimento’ concerne às articulações de estratégias de acesso à análise do trabalho como atividade.

Chegamos ao hospital¹⁰ movidas por questionamentos e inquietações de como ocorre a produção generificada dos trabalhadores e trabalhadoras pela experiência do trabalho como atividade. Adentramos e lançamos mão de um processo aventureiro, estando abertas as possibilidades que pudessem emergir durante as visitas nos setores e conversas com os trabalhadores e trabalhadoras, construindo conjuntamente um plano analítico da pesquisa.

Em uma das primeiras visitas ao hospital, a fala da enfermeira coordenadora do bloco cirúrgico, provocou-nos: “Muitas vezes a gente precisa virar meio macho, para conseguir dar conta de algumas coisas no trabalho”. Tal enunciado levou-nos a ter um olhar atento para o setor do bloco cirúrgico, o qual foi eleito como área a ser abrangida pela pesquisa. Apresentamos a proposta da pesquisa à coordenação do bloco cirúrgico e demais trabalhadores e trabalhadoras e, assim, passamos a realizar visitas sistemáticas ao setor para o acompanhamento dos processos de trabalho, especialmente nos procedimentos cirúrgicos. Realizamos, ainda, a constituição dos coletivos de análise da atividade junto a 11 técnicos e técnicas de enfermagem, tendo em vista que fomos estabelecendo aproximação com estes profissionais, considerando que eles estão presentes desde o início até fim dos procedimentos cirúrgicos.

O primeiro movimento de análise voltou-se para a colocação do problema de pesquisa – formulado pelas pesquisadoras anteriormente a entrada no hospital – em que, junto aos técnicos e técnicas de enfermagem, apostou-se na produção de uma demanda de análise junto a tais trabalhadores e trabalhadoras. Tendo em vista que o objeto da Clínica da Atividade consiste em um objeto-problema, isto é, que nela trata-se de acompanhar os percursos pelos quais os trabalhadores fazem outra coisa diferente do que fazem habitualmente (Amador, 2019), e ainda que tal análise necessita ser aberta a partir de questões que são dos próprios trabalhadores e trabalhadoras, as situações de coanálise iniciaram por levantar processos que lhes interessava debater. As formulações apresentadas pelos trabalhadores e trabalhadoras referiam principalmente aos entraves relacionados à exposição dos corpos em alguns procedimentos cirúrgicos, conforme evidenciado na seguinte fala de uma técnica de enfermagem: “[...] na gineco todo mundo toca, todo mundo passa a mão. É uma agressão”.

Propusemos, então, encontros coletivos com os técnicos e técnicas de enfermagem do bloco cirúrgico. O primeiro encontro voltou-se para a organização dos encontros, os quais foram realizados durante os turnos de trabalho. Foram realizados, no total, oito encontros, durante o período de seis meses. O primeiro movimento produzido voltou-se para a colocação da problemática da pesquisa com os trabalhadores e trabalhadoras de modo a fazer circular a temática trabalho e gênero, na tentativa de produção de uma demanda de análise entre os trabalhadores e trabalhadoras na direção da proposta das pesquisadoras.

Em meio aos encontros de grupos, sentimos a necessidade de eleger três procedimentos cirúrgicos a serem analisados junto aos trabalhadores e trabalhadoras, a saber: ginecológico, urológico e traumatologia de quadril. Assim, acompanhamos os procedimentos eleitos, observando, enquanto pesquisadora, e descrevendo o modo como os processos eram realizados. Após, colocamos os aspectos observados em debate, em cinco encontros coletivos, com objetivo de acessar a atividade.

¹⁰ A pesquisa passou pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através do projeto de pesquisa Trabalho, Subjetivação e Clínica: Educação e Saúde em análise, nº do parecer: 4.212.218

Considerações a respeito da performatividade de gênero no exercício do trabalho como atividade no campo da saúde

As discussões empreendidas junto aos técnicos e técnicas de enfermagem indicam o quanto esse trabalho é pleno de renormatizações operado no dia a dia de trabalho, diante das prescrições (trabalho ‘mecanizado’; ‘automático’ e ‘ágil’). É na atividade que as normas de trabalho e, também, de gênero, que atravessam esse fazer, podem ser colocadas em questão, produzindo desvios e renormatizações, abrindo brechas e críticas a modelos regulatórios, bem como, por vezes, violentos que ancoram as práticas cotidianas.

Por um lado, os técnicos e técnicas de enfermagem se veem pressionados e pressionadas a seguir o prescrito do trabalho (posicionar os corpos dos pacientes e auxiliar os médicos) e pode acabar atuando pela via da produção de violência sobre eles. Por outro, na atividade, face ao vazio de normas, o trabalho é renormatizado a partir de um plano de valores frente às infidelidades do meio. O trabalhador e trabalhadora se vê convocado a inventar modos outros de agir que não estão previstos em tais normas, a fim de dar conta do que está sendo exigido. Entretanto, muitas dessas renormatizações, sem o amparo do coletivo, colocam o trabalhador e a trabalhadora sob o risco de ser enquadrado ou enquadrada na transgressão.

O procedimento de posicionar os pacientes é alvo de muitos debates e distintas negociações entre o que deve, o que pode e o que é feito nas práticas de trabalho. Em um dos encontros de grupo, um técnico de enfermagem se refere ao abordar a gestão do cuidado entre corpos generificados em sua rotina de trabalho: “Posicionar antes de entubar. Eu acho errado a posição ginecológica posicionar uma mulher antes de entubar. Mas ele [anestesista] mandou eu fazer. A gente acatou e fez. Que que acontece: posicionei e cobri. Na Hora! Porque cara, tinham [...] quantos? [...] Vários homens ali” [sic]. Outro trabalhador, também homem, manifesta-se relatando o modo ‘como faz’ o trabalho: “Só mexe depois que está sedado, né [...]”, seguido da resposta de mais um trabalhador, remetendo ao modo ‘como o trabalho tem que ser feito’: “É, sempre. Eu acho legal isso. Mas aí pode posicionar”. “Pode? Ela acordada tudo [...]” [sic].

Uma trabalhadora, mulher, prossegue, justificando tais entraves: “É que às vezes, no querer agilizar as coisas, vem do anestesista, isso, sabe. ‘Pode posicionar’. Antes, sabe?” [sic], seguida da fala de outra trabalhadora-mulher contestando tal prática em outros procedimentos cirúrgicos: “Mas é mais nas uros que posicionam depois. Porque na gineco o paciente está acordado e estão posicionando” [sic]. Um trabalhador-homem se coloca justificando tal procedimento no trabalho: “Não, pois é, isso é metodologia deles [ginecologistas]”. Seguido de uma explicação por uma trabalhadora-mulher: “Sabe por quê? Porque até quando a mulher vai no gineco, a mulher tá consciente, ela não está anestesiada e ele pede para colocar as pernas em posição ginecológica”. Outras duas trabalhadoras e um trabalhador complementam em relação a essa gestão do corpo das mulheres: “E isso acaba sendo uma coisa tão normal [...]”, diz uma trabalhadora. “É, não é por mal! É um hábito de ‘gineco’”. “Mas eu acho que é uma coisa cultural [...] Porque mulher [...] claro mulher já é mais exposta, vai lá no ginecologista, então é normal ‘abrir as pernas’” [sic], diz um homem trabalhador.

Para criar meios para entrar em atividade, e fazer o trabalho acontecer para além da norma que produz ‘exposições aos corpos das mulheres’, os técnicos e técnicas de enfermagem utilizam-se de meios para desviar da norma imposta, produzindo atos de cuidados cobrindo as pacientes, como nas situações narradas. Problematizam o modo como culturalmente os corpos de mulheres são colocados à disposição, como algo naturalizado e, portanto, passível de ser exposto.

Seguir os comandos dos cirurgiões e cirurgiãs e anestesistas nos procedimentos cirúrgicos consiste em uma das prescrições dos técnicos e técnicas de enfermagem. Contudo, essa prescrição é colocada em questão e renormatizada como possibilidades de desvio, de produção de cuidado em meio a situações de exposição dos corpos das mulheres, mesmo que a organização do trabalho não seja efetivamente transformada. As pessoas que atuam como técnico de enfermagem tangenciam, no fazer cotidiano, as possibilidades de construção de um lugar com o outro, para além de apenas seguir prescrições e normas já estabelecidas. Por entre hierarquizações e saberes, nossas análises permitiram acompanhar as tentativas de produção de meio nas práticas de cuidado de um modo generificado, em meio às microgestões dos processos de trabalho.

Através da situação comentada acima, a questão que nos intriga é, então, a de que no trabalho enquanto atividade, em que pese o lugar do corpo normalizado há uma potência normativa dos corpos em situação de trabalho capaz de desestabilizar os corpos conformados. Se estar em atividade implica ensaiar e criar outras formas de viver e de trabalhar ao enfrentar as infidelidades do meio, podemos pensar que abrir zonas de problematização quanto ao agir no trabalho, quanto ao ato a ser produzido para que o trabalho se realize, pode produzir desestabilização das conformações do corpo sexuado.

Tais problematizações, podem ser pensadas, ainda, com possíveis aproximações com o conceito de ‘agência’ formulados tanto por Clot (2010) quanto para Butler (2015). Nas situações mencionadas acima, percebemos o quanto a capacidade de ação que coloca em jogo a normativa já estabelecida no trabalho, bem como a possibilidade de agenciar novas normas dependerão da afetação dos corpos, de expandir ou não a potência de ação. Sendo a agência o processo de mudança, de desestabilização, como possibilidade de colocar em questão as normas de trabalho e de gênero.

Nesse sentido, discorreremos também acerca dos atos que incidem na produção dos corpos dos próprios técnicos e técnicas de enfermagem. “É, aqui mais ou menos eu vejo como as cirurgias traumato vão os guris, para fazer força. Ou vai a [colega] que é sapatona. E as cirurgias mais leves daí vão as meninas [...]” [sic], diz uma mulher trabalhadora. Seguindo a essa fala um trabalhador complementa: “Às vezes tu estava ali trabalhando e coisa e tal [...] E por ser homem, tu tinhas que fazer mais” [sic]. A pesquisadora perguntou, então, se esta questão era uma orientação da organização:

Não [...] não era colocado. Não era colocado pela chefia, isso nunca, não. Isso eu não posso dizer. Mas nos bastidores criava aquela coisa [...] São muito feministas, mas tem essa parada. Aí eu falo assim, “mas por que tem que ser homem, se é cirurgia de grande porte?” [...] Só vai fazer a mesma coisa, se tu fizesses para tirar um sinalzinho. Alcançar a pinça, alcançar o fio. Porque é uma cirurgia que mais ou menos longa, então tem que ir o homem, sabe. Tem que ir o homem, “aí eu fico nessa cortinha porque eu sou mulher”. Entendeu? Aí as coisas se contradizem. Claro que eu tenho a índole, eu fui criado assim, não sei se é certo ou não. Vamos dizer, tem ali a [colega] que realmente vai tá numa cirurgia pesada, coisa e tal. Putz, eu vou lá ajudar ela. “Ó deixa que eu faço a força aí para ti”. Porque ela é mulher, eu sei que não é uma questão de ser machista ou não. Existe uma questão da fragilidade física entre o homem e a mulher. Eu tenho essa índole de ir lá e ajudar. Mas assim, até o ponto de que eu sinto que ela realmente precisa da minha ajuda. No momento que eu vejo que ela não precisa, que ela tá usando aquilo pra sair fora e eu ficar ali, eu não faço mais. Entendeu? Mas acontece. Essa foi a minha visão. Vou deixar os outros falar agora [...] [sic], diz um homem trabalhador.

Essa verbalização colocada por este homem-trabalhador coloca em xeque o modo como se constroem as realidades que performam de modo generificado um trabalho. A performance deste homem-trabalhador nestas situações de trabalho o coloca como aquele que decide se a colega precisa ou não de ajuda. Tal posição indicativa de valor aparece de

modo generificado, pois o que está sobre o julgamento acaba sendo o corpo de uma profissional mulher, em que a posição de julgar é ocupada pelo homem, havendo uma gestão de quando se precisa ou não de ajuda nos processos de trabalho. Além disso, a posição masculina aparece de modo ativo para designar papéis ou funções, inclusive quando dá abertura para que os demais integrantes do grupo também possam falar. Assim, quando considerarmos o trabalho em saúde no bloco cirúrgico, os técnicos e técnicas de enfermagem, para darem conta das infidelidades do meio, recorrem a saberes compartilhados na atividade, gerando um estoque de recursos que os permitem agir em meio a situações que violentam os corpos. “Gente, eu peguei isso dos colegas!”, disse uma técnica de enfermagem em um dos encontros de grupo. Vê-se, assim, os delineamentos de uma estratégia coletiva sendo tecidos entre os próprios trabalhadores e trabalhadoras, colocando em questão os possíveis em termos de fortalecimento do gênero profissional, tal como o encontramos no escopo da Clínica da Atividade e também da produção de gênero, esse situado no campo dos estudos de gênero e sexualidade, renovando o ofício, os quais, por vezes, se produzem como modos de resistência a certas estratégias prescritivas e assujeitadoras no trabalho. O gênero profissional ao formar um repertório de atos e maneiras de considerar as coisas e pessoas em determinado meio, que fixam de alguma maneira os previsíveis que permitem suportar os imprevisíveis do real, são atravessados e produzidos de modo generificado, operando na distribuição de poder por meio de atos corporais e de fala, que tendem a retificar normas regulatórias de gênero, bem como guardam a possibilidade de subversão das mesmas.

Se a noção de performatividade de gênero pode ser útil para pensar a articulação entre um nível situado e emergente de práticas em um contexto social amplo, a noção de gênero profissional (Clot, 2010) pode contribuir para a compreensão da especificidade da atividade profissional do trabalhador e da trabalhadora, na medida em que se busca dar conta de todo um contexto discursivo, de ações corporais, de gestos profissionais, que de algum modo tipificam ou estilizam as operações de trabalho. Podemos pensar que o gênero profissional se refere ao que há de mais performativo na atividade; o estilo profissional se refere à possibilidade de a pessoa atuar no gênero profissional, é possibilidade de transformação do gênero profissional na história real da atividade. Dialogando com Judith Butler, é possível considerar, portanto, o gênero da atividade como a estilização repetida de atos profissionais que passam a valer como norma, seja de modo explícito ou implícito. Os trabalhadores e trabalhadoras podem recriar os gêneros na medida em que criam “[...] condições de ação que levam elementos do contexto e de sua conduta a se associar numa relação que oferece uma saída nova para a situação vivida” (Faita, 2004, p. 69).

Considerando que a noção do gênero profissional diz respeito aos saberes informais gerados na experiência do trabalho e compartilhado pelos trabalhadores e trabalhadoras, formando uma memória coletiva do ofício, no qual estão inscritos os saberes, a memória dos fracassos, as perguntas sem resposta, aquilo que pode ser realizável ou não (Clot, 2010), como podemos pensar a disputa de gênero (Butler, 2015) no ato do trabalho que se concretiza com o estoque/patrimônio para agir? Como podemos pensar o debate entre aquilo que os trabalhadores e trabalhadoras fazem, o que não chegam a fazer, suas hesitações, seus impedimentos, e aquilo que deveria ser feito sob o prisma da performatividade de gênero no trabalho em saúde?

Nesse sentido, questionamos como a performatividade de gênero compõe o real da atividade, ou seja, enfrentando tudo aquilo que pode ou não ser feito no trabalho, os interditos impostos pelas normativas de gênero, ou não, resultando no plano de uma atividade impedida, bem como no de uma performance de gênero, impedida ou não. Tendo

em vista que a atividade é um processo em constante devir, que abarca possibilidades e impossibilidades com as que a/o trabalhadora ou trabalhador se depara para dar conta de realizar alguma tarefa, questionamos: como, pela performatividade de gênero surge a possibilidade de se criarem novos sentidos sobre a vida e sobre o trabalho? E, ainda, como os processos normativos e renormativos do trabalho podem perturbar os processos performativos do gênero, produzindo, assim, a possibilidade de agenciar novas performances de gênero produzindo a expansão do poder de agir no e pelo trabalho?

Considerando que, para a Clínica da Atividade, a saúde implica a expansão do poder de agir no e pelo trabalho, questionamo-nos, também, como, ante a necessidade de gerir a imprevisibilidade do meio, se dá a performatividade de gênero na atividade? E, ainda, se há no próprio exercício do trabalho como atividade uma potência de resistência pela performatividade de gênero? Como tal resistência comporia o processo de produção de saúde no e pelo trabalho pelo próprio exercício do trabalho? Pensamos aqui, a resistência como produção de novas normas de vida, de criação e recriação de meio.

Nesta direção, uma importante questão levantada refere-se a alguns movimentos que indicam a construção de estratégias de proteção à exposição do paciente, principalmente nos procedimentos ginecológicos:

Às vezes eles tiram até se o cirurgião tá paramentado já, por exemplo. Aí o anestesista diz: pode posicionar! Daí a gente posiciona. Daí a gente larga, tipo assim ou o lençol para baixo assim, ou bota uma compressa mesmo. Se o cirurgião tá ali esperando para pintar ali, fazer a assepsia e tira. Mas o anestesista não anestesiou ainda, a gente sempre recoloca ali, não deixa assim [sic], diz uma trabalhadora.

Diante disso, um trabalhador relata: “Isso é geral! Eu peguei esse hábito com os colegas”. Assim, podemos pensar que os conhecimentos genéricos produzidos pela própria atividade, pela experiência no e pelo trabalho, emergem, como um recurso frente aos desafios do real em meio à performatividade de gênero, colocando em questão os atos de cuidado e de exposição dos corpos.

Diante disso, percebemos o quanto a produção do gênero profissional está atravessada constantemente pela produção do gênero, imbricado em um jogo por entre agenciamentos de normas. Essa iniciativa de apoio entre as pessoas trabalhadoras que atuam como técnicas e técnicos no bloco cirúrgico, vão sendo renormatizadas em meio ao modo como vão aprendendo com os colegas e produzindo assim, novas normas de trabalho e de gênero, indicando o gênero profissional não como um conjunto de orientações a seguir, mas como um recurso para renovar o desenvolvimento da ação generificada.

As análises produzidas pela pesquisa colocaram em questão as situações nas quais a dinâmica de problematização referente aos processos de trabalho em saúde, do ponto de vista do gênero profissional, implica diretamente a processualidade das performatividades de gênero. Em meio aos debates vividos na atividade, há uma potência na criação de situações de análise dos processos de trabalho com trabalhadores e trabalhadoras da saúde para expandir os possíveis relativos às análises do trabalho como atividade.

Considerações finais

Retomando as interrogações apresentadas na introdução deste artigo, parece-nos que a dinâmica de repetição, de certo modo, ‘sem repetição’ como indica Clot (2006), ao tratar da experiência do trabalho por sempre existir algo de inédito que a acompanha, algo que é típico do processo normativo e renormativo que define a atividade, apresenta, sim,

uma dinâmica performativa. Nessa dinâmica, por agência (Butler, 2015) perturbam-se normatividades relativas aos processos do trabalho, bem como da dimensão generificada da existência que compõem tais processos, em uma especial modulação que pode ganhar lugar na expansão do poder de agir. Expansão que a pesquisa da qual tratamos permite-nos acompanhar, tal como indicam algumas de suas linhas pelas problemáticas abertas pelas próprias pessoas trabalhadoras da saúde no bloco cirúrgico em questão, juntamente com as pesquisadoras.

Destacamos, contudo, que a perspectiva analítica da produção de gênero pela perspectiva da análise do trabalho como atividade merece ser ampliada em discussões que podem em muito contribuir para as análises relativas à tríade trabalho-subjetividade-saúde. Indicamos, ainda, a pertinência de ampliar os estudos no campo pela perspectiva da interseccionalidade. Afinal, quais são as nuances dessa experiência entre mulheres e homens trans, por exemplo? Ou como os marcadores de raça e classe compõem as microgestões dos processos de trabalho enquanto experiência normativa? Essas são apenas algumas das perguntas que seguem inquietando nosso pensamento, as quais nos parecem fundamentais de serem perseguidas analiticamente para o desenvolvimento de novos problemas no campo das Clínicas do Trabalho.

Referências

- Amador, F. S. (2019). Pesquisar-intervir em clínicas do trabalho: a respeito da análise da experiência do trabalho como atividade. In J. Mendes, D. Wunsch, & C. Giogo. *A investigação no campo da saúde do trabalhador: construção de conhecimento e estratégias metodológicas* (pp. 127-142). Papel Social.
- Amador, F. S., & Fonseca, T. M. G. (2014). Atividade: o trabalho sob o signo do inacabamento. In D. S. Rosemberg, J. Ronchi Filho, & M. E. B. Barros (Orgs.), *Trabalho docente e poder de agir: clínica da atividade, devires e análises* (pp. 19-49). Edufes.
- Brito, J. (2005). Trabalho e saúde coletiva: o ponto de vista da atividade e das relações de gênero. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(4), 879-890. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232005000400012>
- Brito, J., Neves, M. Y., Oliveira, S. S., & Rotenberg, L. (2012). Saúde, subjetividade e trabalho: o enfoque clínico e de gênero. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 37(126), 316-329. <https://doi.org/10.1590/S0303-76572012000200013>
- Butler, J. (2015). *Problemas de gênero - feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Canguilhem, G. (2001). Meio e normas do homem no trabalho. *Pro-posições*, 12(2-3), 109-121. <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2113/3536-artigos-canguilhemg.pdf>
- Clot, Y. (2001). Clínica do trabalho, clínica do real (K. Santorum e S. L. Barker, trad.). *Le Journal des Psychologues*, (185).
- Clot, Y. (2006). *A função psicológica do trabalho*. Vozes.
- Clot, Y. (2010). *Trabalho e poder de agir*. Fabrefactum.

- Faita, D. (2004). Gêneros de discurso, gêneros de atividade, análise da atividade do professor. In A. R. Machado (Org.), *O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva* (pp. 57-80). Eduel.
- Hirata, H. (2018). Gênero, patriarcado, trabalho e classe. *Revista Trabalho Necessário*, 16(29), 14-27. <https://doi.org/10.22409/tn.16i29.p4552>
- Lhuillier, D. (2006). Cliniques du travail. *Érès*, 12(2-3), 35-36
- Paraíso, M. (2011). Raciocínios generificados no currículo escolar e possibilidades de aprender. In: Moreira, A. F. B., Pacheco, J. A., & Leite, C., & Mouraz, A. (Orgs). *Políticas, fundamentos e práticas do currículo* (pp. 147-160). Porto Editora.
- Schwartz, Y. (2016). Trabalho e uso de si. *Pro-Posições*, 11(2), 34-50. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644041>
- Schwartz, Y., Durrive, L. (Orgs). (2021). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana* (3a ed.). Eduff.

Disponibilidade de dados: Os dados não podem ser disponibilizados publicamente, devido ao acordo de confidencialidade entre a pesquisadora e os participantes da pesquisa.

Recebido em 09/05/2021

Aceito em 18/02/2023